

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/39384</b>	<b>52330/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DGOEP [ENTRADAS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



## RESOLUÇÃO

**Processo:** 46619/2025

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Autorização de ocupação de espaço público temporária

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Para efeitos de decisão e tendo em consideração a informação técnica, remete-se o assunto que se segue para apreciação e posterior notificação no prazo legal aplicável.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/36257 de 10 de Novembro de 2025.

### RESOLUÇÃO

Defiro o pedido de ocupação de via pública temporária em causa, nos termos e condições estabelecidas na informação técnica de suporte à presente decisão.

Notifique-se o(a) requerente no sentido desta decisão.

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1/1)  
Presidente da Câmara Municipal  
Data: 10/11/2025  
HASH: 727a7aeef1a2803776c4ee6e9c031f9



**DESPACHO**  
Número: 2025-16372 Data: 10/11/2025

Código Validação: 7EUXJZ99XWDDNCGPQXEYJL6RQ  
Verificação: <https://braga.patcaoeletronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 1 / 5



**Processo de obra:** 46618/2025

**Processo de O.V.P.:** 46619/2025

**Registo de entrada:** 2025-E-RE-25532 de 31/10/2025

**Requerente:** Condomínio do Prédio da Rua Germão Galharde, 17

**NIF:** 902185217

**Local:** Rua Germão Galharde, 17 – Braga (São Victor)

**Coordenadas** 41.549572, -8.403070

**Geográficas:**

**Área da O.V.P.:** 72 m<sup>2</sup>

**Período:** Um (1) dia – 21/11/2025

**Horário:** 08h00 às 12h00 (4 horas)

**Assunto:** Ocupação de Via Pública por motivo de Obras – Equipamentos Móveis

**Técnico:**

---

**Informação:**

**1. Caraterização da pretensão**

O requerente vem, através do presente pedido, solicitar autorização para Ocupar a Via Pública (O.V.P.), com a paragem de equipamentos móveis, para proceder aos trabalhos de cargas e descargas, a serem efetuados no prédio, sito no local acima referido, que se assinala.

**2. Enquadramento legal da pretensão**

A pretensão insere-se no disposto nos 1 e 3 do artigo 8º do Código da Estrada, na redação dada pela Lei n.º 72/2013 nos artigos D-1/6º, D-2/47º, D-2/52º e D-2/58º dos Capítulos I e III da parte D do Código Regulamentar do Município de Braga.

**3. Análise de pretensão**

A Ocupação de Via Pública (O.V.P.), consiste na paragem de equipamentos móveis, na Rua Germão Galharde, São Victor, nas imediações dos números 17, para a operação de cargas e descargas de material para substituição dos elementos da cobertura, que se assinala.

A área de O.V.P. é na baía de estacionamento e parcialmente na faixa de rodagem, condicionando a circulação de pessoas e de trânsito, resultando num corte parcial da via.

A área de Ocupação de Espaço Público é de cerca de 72m<sup>2</sup>.

No âmbito da mesma pretensão foi oportunamente efetuada a Comunicação de Obras Isentas de Controlo Prévio com o registo de entrada 2025-E-RE-25531 de 31/10/2025, processo nº 46618/2025.

**4. Parecer(es) interno ou externos**

No âmbito da OVP requerida, foi oportunamente recolhido o parecer da Divisão de Mobilidade (DM), cujo teor é **favorável**, de acordo com a informação técnica que se anexa – Tarefa T/2025/122710

**DESPACHO**  
Número: 2025-16372 Data: 10/11/2025

Código Validação: 7EUXJ799XWDDNCGPXPQEYJL6RQ  
Verificação: <https://braga.patcaoeletronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 2 / 5



de 31/10/2025.

### 5. Condições e condicionantes da OVP

Tendo em consideração o tipo de ocupação e sendo de caráter temporário, da parte da Divisão Gestão Ocupação do Espaço Público (DGOEP) não se vê inconveniente na pretensão, devendo serem cumpridas as seguintes condições:

- Restringir-se à ocupação estritamente necessária, de forma a não prejudicar o uso público a que os bens do espaço público se encontram afetos, designadamente o trânsito de veículos e de peões;
- Devem ser salvaguardadas todas as normas de segurança e a paragem do equipamento deve ser devidamente sinalizada, a uma distância mínima de 5,00m em relação ao veículo estacionado, de forma a evitar qualquer tipo de acidente;
- Assegurar as condições normais de trânsito;
- Deve ser delimitado o espaço de ocupação, através da colocação de sinalização e balizamento adequados, de forma a evitar qualquer tipo de acidente, e que visem impedir a circulação de pessoas no espaço onde os trabalhos se encontrem a decorrer;
- A O.V.P. não pode impedir o acesso a edifícios, nem pode constituir obstrução a circulação pedonal ou automóvel de forma livre e segura;
- A entidade requerente é responsável pela adoção de todas as medidas de segurança de terceiros, incluindo o recurso às autoridades policiais, para regulação e manutenção da fluidez e da segurança da circulação pedonal e rodoviária;
- Deverão ser informados da Ocupação de Via Pública por motivo de Obras todas as entidades competentes, comerciantes e moradores em geral;
- Devem ser cumpridas todas as normas de segurança dos trabalhadores, assim como as correspondentes a segurança de pessoas e bens;
- Imediatamente após os trabalhos é obrigatória a limpeza do espaço público;
- As árvores, jardins, candeeiros e mobiliário urbano que se encontrem junto à área de intervenção devem ser protegidos com resguardos que impeçam quaisquer danos;
- A reparação dos danos no espaço provocados no espaço público em consequência da execução de operações urbanísticas constitui encargo dos responsáveis pelas mesmas.

### **Proposta**

Tendo em consideração o tipo de ocupação e sendo de caráter temporário, da parte da Divisão Gestão Ocupação do Espaço Público (DGOEP) não se vê inconveniente no deferimento da pretensão nos termos e condições da presente informação técnica.

À consideração superior.

O técnico,

**DESPACHO**  
Número: 2025-16372 Data: 10/11/2025

Código Validação: 7EJXJ799XWDDNCGPXQEYJL6RQ  
Verificação: <https://braga.patcaoelectronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 3 / 5



Processo nº 46619/2025

Requerente: Administração de Condomínio

Local: Rua Germão Galharde número 17 de polícia da freguesia de São Vítor

Assunto: OVP para paragem de equipamentos móveis

Data: 05/11/2025

Unidade Orgânica: Divisão de Mobilidade

Técnico Responsável:

### Informação Técnica

A presente análise enquadra a resposta à tarefa T/2025/122710 com a solicitação de parecer à Divisão de Mobilidade, por parte da Divisão de Gestão de Ocupação do Espaço Público.

#### 1. Caracterização da pretensão

O Requerente solicita autorização para a Ocupação da Via Pública (OVP), por motivos de reabilitação da cobertura do prédio da Rua Germão Galharde número 17 de polícia da freguesia de São Vítor, pelo que pode autorizar-se à Administração de Condomínio proceder à ocupação da baia de estacionamento existente para o efeito numa extensão aproximadamente de 15 metros bem como parte da faixa de rodagem para fins de paragem de equipamentos móveis, a fim de proceder aos trabalhos de substituição dos elementos da cobertura, concretamente no dia 21 de novembro no período compreendido entre as 08H00 e as 12H00.

Deve no dia anterior procederem ao balizamento da baia de estacionamento para os devidos efeitos.

A OVP acarreta condicionamento na zona de estacionamento e na circulação automóvel na Rua Germão Galharde, concretamente no dia 21 de novembro no período compreendido entre as 08H00 e as 12H00.

O condicionamento referido enquadra-se no Artigo D - 1/6.º do Código Regulamentar do Município de Braga.

#### 2. Condições

2.1. O PST deverá ser implementado de acordo com o disposto no Regulamento de Sinalização de Trânsito (Decreto Regulamentar n.º 22 - A /98 de 1 de outubro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 41 /2002, de 20 de agosto).

2.2. A realização do condicionamento de trânsito deverá garantir uma largura livre mínima de 3,00m OU 5,00m (conforme arruamento com um ou dois sentidos), para circulação de trânsito OU circulação alternada de trânsito.

2.3. O condicionamento no passeio deverá cumprir com o estabelecido do Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto, deixando livres pelo menos 1,20m para circulação de peões, sendo que a dimensão poderá ser reduzida para 0,90m em situações devidamente justificadas.

**DESPACHO**  
Número: 2025-16372 Data: 10/11/2025

Código Validação: 7EJXJ799XWDDNCGPQXEYJL6RQ  
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 4 / 5



2.4. Sempre que possível deve dar-se continuidade ao percurso pedonal, mediante a implementação de travessia pedonal provisória, marcada com recurso a tinta acrílica na cor amarela, com dimensionamento conforme marca M11 do Regulamento de Sinalização de Trânsito e com largura mínima de 2,50m. Durante a vigência do condicionamento deverá manter-se a marcação em bom estado de conservação. No fim do condicionamento o requerente deverá providenciar a retirada da referida marcação.

2.5. Após a execução dos trabalhos, o requerente deverá repor a sinalização vertical eventualmente afetada ou deslocada, no mesmo tipo e qualidade de materiais, bem como todas as marcas rodoviárias deterioradas.

2.6. Não é permitida a paragem ou estacionamento de veículos em passeios ou outros espaços destinados à circulação pedonal.

2.7. Deverá garantir-se a adequabilidade e conforto da circulação pedonal em cumprimento do Regime da Acessibilidade, Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, mantendo o passeio livre na totalidade.

2.8. Devem ser salvaguardadas todas as normas de segurança em vigor.

2.9. Sempre que for necessário o impedimento à circulação rodoviária deve a mesma ser regulada por Sinalização Luminosa Automática de Trânsito ou deve ser solicitada, imprescindivelmente, pelo requerente, a colaboração das forças de segurança: Polícia Municipal/Polícia de Segurança Pública/Guarda Nacional Republicana.

2.10. Independentemente da autorização pelo período solicitado, deve o requerente desimpedir a via pública logo que os trabalhos estejam efetuados.

### 3. Proposta de decisão

3.1. Face ao exposto, e pelos fundamentos apresentados, verifica-se que não existe inconveniente no deferimento do pedido desde que o condicionamento seja executado de acordo com as características que se encontram supra descritas.

**DESPACHO**  
Número: 2025-16372 Data: 10/11/2025

Código Validação: 7EJXJZ99XWDDNCGPXPQEYJL6RQ  
Verificação: <https://braga.patcaoelectronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 5 / 5

